CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1129/78

INTERESSADO: FACULDADE DE ENGENHARIA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BAURU

ASSUNTO : Artigo 6º do Decreto-Lei nº 464, de 1969 - Consulta

RELATOR : Cons. Alpíno Lopes Casali

PARECER CEE Nº 1160/78 - CTG - APROVADO EM 20/09/78

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: - A Faculdade de Engenharia, da Fundação Educacional de Bauru, submete ao Conselho Estadual de Educação consulta assim formulada:

"1 - A jubilação tem a mesma aplicabilidade e os mesmos efeitos, em todos os seus termos, para os alunos de qualquer instituição de ensino superior, inclusive aquelas não oficiais (embora não particulares), onde o ensino é pago, como é o caso da Faculdade de Engenharia da Fundação Educacional de Bauru?

"Se a resposta for negativa, qual, então, o procedimento adequado às instituições aqui denominadas "não oficiais"?"

"2 - Num exemplo concreto: - o aluno que esteja próximo da jubilação, ou efetivamente jubilado em uma Faculdade, perde o direito à matrícula, por transferência, em outra das Faculdades mantidas pela Fundação de Bauru (hipótese não prevista nem no Regimento da Faculdade, nem no Estatuto da Fundação)? "

2. FUNDAMENTAÇÃO: - Voto do Relator: - Reza o artigo 6º do Decreto - Lei nº 464, de 1969, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.789, de 27 de junho de 1972:

"Art. 6º - Na forma dos estatutos ou dos regimentos, será recusada nova matrícula, nas instituições oficiais de ensino superior, ao aluno que não concluir o curso completo de graduação, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para integralização do respectivo currículo.

"§ 1º - O prazo máximo a que se refere este artigo será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, quando for o caso de currículo mínimo, devendo constar dos estatutos ou regimentos na hipótese de 1º ciclo e de cursos criados na forma do artigo 18 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

"§ 2º - Não será computado no prazo de integralização - de ciclo ou curso o período correspondente - a trancamento de matrícula feita na forma regimental".

O princípio geral da recusa de nova matrícula em instituições oficiais já havia sido inscrito no artigo 18 da Lei nº 4.024, de 1961.

2.1 - O dispositivo legal implica em a recusa de nova matrícula no mesmo curso ou em outro ministrado pela própria instituição de ensino oficial ou por diversa, desde que não haja concluído o curso de graduação completo, incluindo o 1º ciclo, no prazo máximo fixado para a integralização do respectivo currículo.

E mais: - para o cálculo do tempo em que deva ocorrer a integralização dos estudos curriculares, desconta-se, tão só o período correspondente ao trancamento de matrícula.

O Conselho Federal de Educação já se manifestou a respeito do artigo 6º em seu primitivo texto, por meio do Parecer nº 423/70. Não obstante, as suas conclusões ainda são aplicáveis à consulta.

2.2 - A recusa de matrícula no mesmo ou em outro curso, ministrado na mesma ou em outra instituição de ensino oficial, no caso configurado no artigo 6º, recebeu a denominação, no universo escolar, de "jubilação". O curioso está em que, conforme Aurélio, jubilação, do latim jubilatio, tem o sentido de contentamento, alegria, aposentação de um professor. E, sem destoar, Aulete acrescenta: - aposentação honrosa de um professor. A que se deve a ironia da denominação vulgar?

2.3 - Por instituições de ensino superior oficiais devem ser entendidas as referidas ao artigo 4º, primeira parte, da Lei nº 5540, de 1968: - as universidades e os estabelecimentos isolados constituir-se-ão, quando oficiais, em autarquias de regime especial ou em fundações de direito público. Ao passo que, quando particulares, sob a forma de fundações ou associações.

Quanto às fundações de direito público, já não há lugar para discussão. O direito positivo, e disso é prova o artigo 4º da Lei nº 5.540, de 1968, as consagrou como entes públicos.

Por conseguinte, são oficiais as universidades ou os estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos por fundações de direito público.

O artigo 6° do Decreto - Lei n° 464 não comporta dúvida ao incluir, na expressão "instituições de ensino superior oficiais", as autarquias de regime especial da União, dos Estados ou dos Municípios, e o mesmo ocorre com as fundações de direito público.

O artigo 6°, antes do alteração do seu texto pela Lei n° 5.789, de 1972, já fazia expressa menção a "instituições de ensino superior oficiais". O Conselho Federal de Educação, no Parecer n° 423 / 70, examinou e deliberou precisamente a propósito de sua abrangência.

2.4 - A Fundação Educacional de Bauru, ao contrário do que supõe a Faculdade de Engenharia, por seu diretor, é fundação de direito público. É o que comprovam os documentos existentes nos autos do protocolado atinentes à autorização de funcionamento da Faculdade.

2.5 - O Decreto-Lei n° 464, de 1969, não distingue as instituições de ensino entre as em que o ensino é gratuito e as em que o ensino é pago. O artigo 6°, em virtude de ser inequívoca a expressão "instituições de ensino superior oficiais", não comporta distinção nesse sentido. Foi a natureza jurídica da instituição de ensino, no caso, as autarquias de regime especial, ou da sua mantenedora, as fundações de direito público, o fundamento que o legislador perfilhou para redigir a Lei n° 5.789, de 1972.

Ademais, apesar do disposto no inciso III do §3° do artigo 176, da Constituição de 17 de outubro de 1969, é gratuito o ensino ministrado nas instituições de ensino da União. O mesmo sucede em São Paulo, com as oficiais do Estado (Constituição, de 30 de outubro de 1969, art. 125. §§ 3° e 4°).

2.6 - A disposição do artigo 6° faz menção explícita a "aluno que não concluir o curso completo de graduação..." Exclui, portanto, o aluno que ainda dispõe de tempo para concluí-lo, seja ele qual for.

Logo, observados os preceitos do Decreto n° 77.455 de 19 de abril de 1976, no que concerne à transferência e adaptação de alunos de estabelecimentos de ensino superior oficial e o regimento da escola, não há impedimento legal para que o aluno, próximo ao prazo fatal para a integralização dos estudos curriculares, requeira a sua transferência para um outro curso de duração superior ao seu. Pouco importa aquele

seja curso ministrada pela mesma ou outra instituição de ensino. A matrícula noutro curso será problema da escola de destino.

2.7 - Se matriculado em outro curso, com duração máxima maior, pois, do contrário, a transferência seria inútil, no cálculo do tempo máximo para a integralização do respectivo currículo, deverão ser computados os períodos letivos anteriores à série ou ano em que ocorrer a matrícula.

A observação não será demasiada e menos que, embora com durações máximas diferentes, pertençam os cursos à mesma área, o aluno, sob risco de "jubilação", pouco ou nada aproveitará da transferência para dela se livrar.

O princípio do aproveitamento de estudos, referido no § 2º do artigo 23 da Lei nº 5.540, de 1968, esvaziado em parte pelo Decreto nº 77.455, de 1977, quando a transferência é feita entre os mesmos cursos ministrados por instituições diferentes, é menos flexível, porém, nos casos de transferência entre cursos de áreas diversas.

II- CONCLUSÃO

A consulta da Faculdade de Engenharia, da Fundação Educacional de Bauru, deve ser respondida nos termos deste parecer.

São Paulo, 17 de agosto de 1978

Cons. Alpínolo Lopes Casali - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como seu parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Celso Volpe, Gerson Munhoz dos Santos, Henrique Gamba, Luiz Ferreira Martins.

Sala da Câmara do Terceiro Grau, em 06/09/78

Cons. Henrique Gamba - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de setembro de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES - Presidente